

Congresso Atentado ao Pudor JORNAL DO BRASIL

Foi para o espaço o acordo de pudor estabelecido pelas lideranças da Câmara: primeiro seriam aprovados a política salarial e o novo salário mínimo, e só depois os deputados decidiriam sobre o aumento dos seus subsídios. O aumento de 30 por cento para os deputados não é apenas uma correção do valor perdido este ano, mas um resarcimento histórico que abrangerá os cinco meses já transcorridos. Todas as categorias salariais estão estupefactas com o comportamento que infringiu duas vezes o pudor, pois inverteram a prioridade em causa própria e ensinaram a mão nos atrasados como se a representação política fosse um empreendimento particular.

A cena foi digna de um programa de auditório pela televisão: o presidente da sessão deu uma entonação de rotina e atropelou o enunciado de que estava em votação o projeto de decreto legislativo nº 34-A. Pediu que se mantivessem como se encontravam os deputados de acordo com o texto. Ninguém se mexeu e, em consequência, foi aprovado o aumento dos deputados e (por isonomia) o dos senadores. A tentativa de salvar a face do plenário, com o pedido de verificação, foi pior: apenas 19 deputados, dos 250 presentes, votaram contra.

É estranho que falté diariamente número para os trabalhos parlamentares mas que, na hora de

reajustar os próprios subsídios, o quorum se complete sem que haja uma mobilização oficial. É por essas e outras, mas principalmente por essas, que o Congresso vem descendo um plano inclinado assustador para os que pretendem a reeleição e terão de enfrentar o julgamento dos eleitores no próximo ano. Os cidadãos anseiam por esse momento de fazer justiça com o voto.

Não há quem possa esquecer que os deputados e senadores, quando investidos de poderes constituintes, fizeram modificações que, para serem viabilizadas, precisam de leis complementares; passados já seis meses da promulgação da Constituição, não se ouviu falar de qualquer complementação aprovada. Pelo contrário. Todos continuam recebendo a parte fixa e a parte variável como se comparecessem. Uma vez ou outra fica-se sabendo de uma remota intenção de cortar a parte variável dos ausentes, mas o gesto não se consuma. E agora o aumento, retroagindo a janeiro, mostra o despertar da disposição legislativa em causa própria.

É temerário arriscar um juízo sobre as consequências dessa perda de referência moral por parte da representação política em todos os níveis. Não se sabe quando os deputados e senadores se darão conta do risco que estão aumentando, nem como reagirá a opinião pública; mas é certo que os sinais traduzem crescente indignação dos cidadãos.